

REVISTA DA



nº 6 - Março - 2011

UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES

RUMO AO

20

CONGRESSO NACIONAL DA UGT

14, 15 e 16 de Julho de 2011
Palácio de Convenções do Anhembi-SP

A UGT online

O site da UGT está de cara nova.
Confira: www.ugt.org.br

The screenshot shows the UGT website homepage. At the top, there is a header with the UGT logo and the text "UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES" and "Sindicatos Católicos, Escravos e Inscritos". Below the header is a navigation menu with links for Home, Notícias, Resoluções, Diretoria, Executivos, Agenda, Filiação, and Para Crianças. The main content area features a large banner for "1º MAIO UNIFICADO 2011" with the theme "Desenvolvimento com Justiça Social" and logos for CGTB, CFE, and UGT. To the right of the banner is a smaller article titled "UGT promove seminário sobre Trabalho Informal em São Paulo" with a sub-headline "O legal é ser legalizado". Below the banner, there are several news articles: "Fiscais da SRTE/SP flagram a fabricação de roupas em regime de trabalho escravo", "UGT prepara cartilha didática para colônias de pescadores", "Ceará inicia discussões visando 2º Congresso Nacional da UGT", "Seminaro internacional sobre a trajetória dos 20 anos do Mercosul", and "Plenária do Ceará aprova tema do 2º Congresso da UGT para seu 2º Congresso". On the right side, there is a "DESTAQUE" section with the headline "Governador do Estado de São Paulo sanciona novo piso regional" and a photo of Governor Daniel Aarão Reis. At the bottom right, there is a logo for "UGT TV".

A UGT também está presente nas principais redes sociais para difundir suas ações e divulgar informações de interesse da classe trabalhadora:

 <http://blogdopatah.blogspot.com>

 http://twitter.com/ugt_brasil

 <http://www.facebook.com/ugtbrasil>



Entre a criação da União Geral dos Trabalhadores, em 2007, e agora, quando nos aproximamos do nosso 2º Congresso nos dias 14, 15 e 16 de Julho de 2011, o Brasil e sua classe trabalhadora mudaram e muito, para melhor.

A UGT e demais centrais sindicais foram reconhecidas e são hoje as principais interlocutoras da classe trabalhadora brasileira junto a todas as instâncias governamentais. Nas cidades, no Estado e, especialmente, junto aos ministérios e ao governo federal.

Negociamos uma expressiva valorização do salário mínimo a partir de 2007, que coincidiu com o ano da nossa fundação, e no acumulado entre 2002 e 2010 o salário mínimo teve uma valorização real de 53,46%, segundo cálculos do Dieese.

Nesse período, mais de 30 milhões de brasileiros foram incluídos no consumo, ampliando a cidadania e motivando ainda mais a UGT a continuar na sua luta a favor das inclusões social e econômica dos brasileiros.

Para completar, na última eleição, quando tivemos a alegria de reele-

ger os nossos vice-presidentes Roberto Santiago, deputado federal, e Davi Zaia, estadual, e eleger Severino Ramos, presidente do Sindicato dos Comerciantes do Recife, deputado estadual, confirmamos também, enquanto classe trabalhadora, o grande avanço na participação em nossa democracia. O Congresso Nacional soma 87 parlamentares com ligação ou origem junto aos sindicatos. Um número 45% superior ao Congresso que tomou posse em 2007.

Se o cenário é positivo, mesmo assim, está muito longe de satisfazer as lideranças da UGT. Ainda temos imensos gargalos na nossa infraestrutura, na Educação, na Saúde e na Segurança Pública.

O Brasil tem se tornado, com sua política insensata de juros altos, numa das principais bancas para os especuladores mundiais. E com sua opção que faz ao longo dos séculos como produtor e exportador de matérias-primas tem perdido oportunidades de gerar emprego aqui dentro. Em vez disso, cria vagas lá fora ao exportar ferro e importar trilhos de trem, por exemplo.

Falta também acelerar mais a distribuição de renda para se conseguir estabelecer parâmetros mínimos de justiça social. Renda que deve ser distribuída através de salários dignos em vez das atitudes agressivas do Estado brasileiro que aposta, repetidamente, na transferência de renda a favor do Estado através da não correção da tabela do Imposto de Renda ou da tentativa de equilibrar as contas da Previdência Social com a manutenção do nefasto Fator Previdenciário.

Teremos muito o que discutir e encaminhar durante estes meses que antecedem o 2º Congresso, quando ampliaremos nossas agendas social, política, econômica e cultural. Agenda que terá como princípio básico o que nos fez a terceira maior central sindical do Brasil: a união geral de todos os trabalhadores e trabalhadoras, cidadãos e cidadãs, jovens e idosos, por um Brasil que nos garanta paz, harmonia, justiça social e um equilíbrio na distribuição das riquezas que ajudamos a conquistar.

Ricardo Patah

Presidente da nacional da UGT

12ª Plenária Nacional: “Congresso mostrará a que a UGT veio”

A 12ª Reunião Plenária da Executiva Nacional da UGT (União Geral dos Trabalhadores) aconteceu nos dias 29 e 30 de março, no Hotel Excelsior, em São Paulo, e contou com a participação de mais de 100 dirigentes da UGT de todo o Brasil.

Durante a plenária foram discutidos diversos temas, entre eles o Congresso da UGT, que será realizado em São Paulo nos dias 14, 15 e 16 de julho em São Paulo. “Queremos uma participação massiva no Congresso que servirá para mostrar o que a UGT quer para o Brasil e para os trabalhadores, e por isso a participação de todos é fundamental”, disse o presidente nacional da UGT, Ricardo Patah.

A participação em peso dos trabalhadores foi mencionada também pelo secretário de organização e políticas sindicais, Chiquinho Pereira. “Hoje, a UGT está presente em todas as categorias, confirmando o que foi estabelecido no primeiro Congresso, quando dissemos que iríamos trabalhar por todos. Agora, o segundo Congresso servirá para mostrar os rumos que queremos para o Brasil.”

Mapear as fragilidades dos trabalhadores brasileiros e formular planos concretos de ação. Esses são os objetivos do Congresso, na opinião do vice-presidente da UGT e secretário estadual de Emprego e Relações do Trabalho, Davi Zaia.

Para que isso aconteça, o vice-presidente da UGT Laerte Teixeira da Costa pediu que os companheiros levantassem novas bandeiras. “Se tivermos unidade e não tivermos medo de sugerir novas ideias, vamos continuar crescendo, sem dúvida”, disse.

Partindo desse princípio, Silvana

Mesquita da Silva, secretária de acessibilidade da UGT, falou sobre a dificuldade que os deficientes físicos têm para entrar no mercado de trabalho, por causa da falta de qualificação, e pediu que os participantes do Congresso dessem atenção ao tema. “Hoje as pessoas com deficiência apenas preenchem cargos e não são efetivadas. Por isso, mesmo empregadas, ainda sofrem discriminação”, afirmou.

A sugestão de Silvana foi apenas um exemplo, pois todos os filiados da UGT poderão fazer seus adendos e participar da construção da temática do 2º Congresso Nacional da UGT. A Executiva Nacional elaborou e entregou a todos os dirigentes presentes na plenária um documento com mais de 130 páginas abordando inúmeros assuntos ligados aos trabalhadores brasileiros. Este documento, definido pelo secretário geral da UGT, Canindé Pegado, como um “anteprojeto”, poderá ser modificado pelos dirigentes. Para isso, serão organizadas 26 plenárias estaduais e uma no Distrito Federal, em que os participantes terão a oportunidade de discutir temas regionais e acrescentar assuntos que acharem

pertinentes para serem debatidos no Congresso.

O encontro contou com a participação dos vice-presidentes da UGT Lourenço Ferreira do Prado, Antônio Carlos dos Reis (Salim) e Antônio Maria Cortizo; Moacyr Pereira, secretário das finanças; Marcos Afonso de Oliveira, secretário de comunicação; Otton da Costa Mata Roma, secretário de integração para as Américas; Mônica da Costa Mata Roma, secretária adjunta de integração para as Américas; Rumiko Tanaka, 1ª secretária adjunta das finanças; Valdir Vicente, secretário de políticas públicas; Cleonice Caetano Souza, secretária de saúde e segurança no trabalho; Cássia Buffeli, secretária adjunta de relações internacionais, e Arnaldo Benedetti, secretário de relações internacionais, além dos presidentes e vice-presidentes das estaduais da UGT.

Novos secretariados

Durante a plenária também foi votada e aprovada a criação de dois novos secretariados da UGT: o secretariado dos profissionais do setor têxtil e o secretariado de asseio e conservação.



Plenária contou com mais de 100 dirigentes de todo o país

Subprocurador relata como ocorre a prática de trabalho escravo contemporâneo

Tortura, comida guardada em sacos plásticos, lonas usadas como moradia, água infectada por doenças, perda da dignidade, longas jornadas de trabalho de mais de 12 horas diárias, dívidas sem fim. Esses e outros absurdos compõem o cenário do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, que foi tema de uma palestra do subprocurador geral do trabalho Luiz Antônio Camargo de Melo, na 12ª Reunião Plenária da Executiva Nacional da UGT (União Geral dos Trabalhadores), realizada em São Paulo no dia 29 de março.

Com exemplos atuais, ele mostrou que, mesmo após quase 123 anos da Lei Áurea, a serem comemorados em 13 de maio, ato que aboliu a escravidão no Brasil, essa prática ainda é corriqueira e está presente em praticamente todos os estados brasileiros, até mesmo nas obras que se pretendem ser as vanguardas do desenvolvimento da economia brasileira, ou seja, as do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

O subprocurador explicou que, para fiscalizar o trabalho escravo em todo o Brasil, o Ministério Público do Trabalho conta com grupos móveis de auditores. Em 13 anos, esses grupos resgataram 31 mil trabalhadores em 737 operações. “Todos os meses, os grupos móveis de auditores percorrem mais de 20 mil quilômetros de estradas para chegar até as frentes de trabalho”, disse.

Impunidade é um dos entraves

O problema é que muitos locais têm acesso difícil, sendo que nem sempre é possível chegar de carro. Além disso, os auditores convivem com



Antônio M. Thaumaturgo Cortizo (UGT) e o subprocurador Luiz Antônio Camargo de Melo (dir.)

ameaças e falta de punições. “Quando se fala em trabalho escravo no Brasil, tudo é muito grandioso, inclusive a impunidade”, lamentou.

Os números surpreendem. Mesmo com essas dificuldades, apenas em 2007 e 2008 foram resgatados 656 trabalhadores em Alagoas, 160 no Ceará, 2.525 no Pará, 514 no Mato Grosso, 625 em Minas Gerais e 432 no Maranhão. Todos esses trabalhadores foram cadastrados pelo Ministério do Trabalho e receberam durante três meses uma ajuda de custo do governo. No entanto, como não são qualificados para outras atividades, muitos acabam retornando para as frentes de trabalho.

A estrutura deste “regime” envolve contextos socioeconômicos regionais e grande parte desses trabalhadores é atraída por propostas de emprego pelos chamados “gatos”. O cidadão recebe o convite e, antes mesmo de começar seu serviço,

já está endividado com o patrão. “Tudo é cobrado, desde a viagem a frente de trabalho até o cafezinho que o gato ofereceu durante o percurso”, disse o subprocurador.

Essas dívidas vão para o “caderinho”. Ali, o patrão registra todos os gastos que teve com seu funcionário, que, ao término do mês, em vez de receber dinheiro, acaba contabilizando cada vez mais dívidas. Não raro, quem se opõe ao “sistema” sofre torturas, que vão desde tapas e pontapés até queimaduras com ferro quente.

De acordo com o subprocurador, o papel das centrais sindicais nesse contexto é o de fiscalizador. “É preciso fazer valer as convenções nº 29 e nº 105 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que coíbem a prática de qualquer tipo de utilização de trabalho forçado ou obrigatório.”

Comissão tripartite vai acompanhar condições de trabalho nas obras do PAC

A palestra do subprocurador geral do trabalho Luiz Antônio Camargo de Melo ilustra bem o que está ocorrendo em grandes obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Recentemente, o sinal amarelo acendeu quando os cerca de 28.000 trabalhadores envolvidos na construção da Usina Hidrelétrica de Jirau, em Rondônia, se rebelaram, refletindo rapidamente em outros canteiros de obras do PAC, incluindo a Usina de Santo Antonio, também em Rondônia.

O resultado da revolta foi a depredação de alojamentos e veículos, inviabilizando a manutenção de trabalhadores no canteiro de obras, por total falta de condições minimamente aceitáveis. Como a grande maioria dos trabalhadores era de outros estados, a empreiteira Camargo Corrêa teve de pagar passagens de volta.

Desde a eclosão das revoltas em Jirau, foram realizadas duas reuniões em Brasília, com a participação de representantes das centrais sindicais, do governo federal, das empreiteiras envolvidas nos projetos do PAC e do Ministério Público do Trabalho. De concreto, foi formada uma comissão tripartite, da qual a UGT faz parte, que vai acompanhar as obras do PAC, da Copa do Mundo de Futebol de 2014, das Olimpíadas de 2016 e do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida.

O objetivo é garantir aos trabalhadores condições decentes, com todos os direitos trabalhistas respeitados, incluindo fornecimento de equipamentos de segurança, intermediação de mão de obra oficial por meio do Sine ou serviços assemelhados (e não pelos chamados “gatos”), pagamento de horas extras, quando for o caso.

Ao obrigar a presença de sistema oficial de intermediação de mão de obra, o objetivo é acabar com a figura do “gato”, a origem de praticamente todos os desmandos cometidos contra os trabalhadores, com a conivência ou, no mínimo, omissão dos tomadores de serviços, no caso das obras do PAC, as empreiteiras.

Trabalho escravo urbano

No fim de março, a imprensa destacou mais uma forma de trabalho escravo, no caso urbano, em plena capital paulista. Em uma das oficinas de um fornecedor das Casas Pernambucanas foram encontrados 16 bolivianos em condições degradantes, costurando das 8h às 22h em ambiente sem janelas e sem nenhum direito trabalhista respeitado.

Fruto de uma estratégia adotada a partir de agosto de 2010 pelo Ministério do Trabalho, o Programa de Erradicação do Trabalho Escravo Urbano vem fiscalizando as “neossenzalas”, mas uma das dificuldades é que são atividades muito pulverizadas. Estima-se que

existam somente na cidade de São Paulo cerca de 8.000 neossenzalas em condições semelhantes às da oficina do fornecedor das Pernambucanas. Além de bolivianos, os paraguaios são as principais vítimas do trabalho escravo urbano.

PEC do Trabalho Escravo

Enquanto isso o PEC (projeto de emenda constitucional) do Trabalho Escravo (nº 438) continua em compasso de espera na Câmara dos Deputados. Para a UGT, a aprovação desse dispositivo pelos deputados federais seria um passo importante para coibir o trabalho escravo no Brasil, mas não o suficiente. Afinal, para a UGT, o combate ao trabalho escravo contemporâneo, como descreve o subprocurador, exige muito mais do que a aprovação da PEC.

Para acabar de vez com o trabalho escravo, é preciso detectar as novas formas desse tipo de trabalho e cobrar do governo uma fiscalização rigorosa e punição. A criação de empregos é sempre bem vinda, mas dentro do conceito de trabalho decente preconizado pela OIT.



UGT participa da reunião com o governo para ajustar o trabalho nas obras do PAC

Fórum pede urgência no fim do confisco e mudanças na lei do FGTS

O pífio rendimento do FGTS em 2010, de apenas 3,62%, atingindo o menor nível desde sua criação em 1967, reforçou a necessidade de se adotar a inflação como indexador para acabar com o confisco de patrimônio dos trabalhadores. Não por acaso, esse tema predominou no fórum “FGTS 44 anos – Justiça para o Trabalhador”, realizado no dia 31 de janeiro, no Rio de Janeiro. Uma das principais bandeiras da UGT, a troca do indexador da TR (Taxa Referencial) pela inflação está prevista em, pelo menos, três projetos de lei em andamento no Congresso Nacional (ver box). Essas propostas foram baseadas na campanha “FGTS 40 anos – Justiça para o Trabalhador”, realizada pelo Instituto FGTS Fácil em parceria com a UGT, em 2007.

“O movimento sindical tem o compromisso moral de não entrar em 2012 com esta situação de confisco, perdas e fraudes no FGTS do trabalhador brasileiro”, diz Lourenço do Prado, vice-presidente nacional da UGT e presidente da Contec (Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito), que representou a UGT no fórum.

No evento, foram apresentadas as ações já realizadas com vistas à aprovação dos projetos de lei em tramitação no Congresso, tais como audiências públicas em que o rendimento das contas vinculadas do FGTS esteve no centro das discussões. O economista Hugo Rudolf Kreil Neto explicou como funcionam os expurgos da TR no FGTS, que já totalizam R\$ 72 bilhões nos últimos oito anos. Já o advogado André Lucena Araújo explicou o andamento das ações na Justiça para a recuperação das perdas geradas pelos expurgos da TR e mostrou as chances



Fórum do Fundo de Garantia

de o trabalhador reavê-las. Realizado com o objetivo de discutir propostas para diminuição das fraudes e perdas do FGTS, fim do confisco e melhoria dos rendimentos e condições de saque, o fórum aprovou as seguintes propostas:

1. Estimular os trabalhadores que entrem com ação na Justiça para reaver as perdas geradas pelos expurgos da TR (Taxa Referencial);
2. Diminuir de 30 para 1 ano o prazo de recolhimento do FGTS em atraso pelas empresas;
3. Iniciar uma campanha de coleta de assinaturas dos trabalhadores pedindo aos senadores, deputados federais e à presidente Dilma Rousseff a aprovação e posterior sanção dos projetos de lei ainda em 2011;
4. Que o meio sindical assuma a aprovação dos projetos de lei citados como bandeiras de luta;
5. Estimular o trabalhador a acompanhar e fiscalizar o seu FGTS com uma campanha de educação trabalhista;
6. Estimular os trabalhadores que denunciem as empresas que não depositam o FGTS e outras obrigações trabalhistas;
7. Reuniões periódicas com os Sin-

Os projetos de lei

No total, há cinco projetos em andamento, sendo quatro no Senado e um na Câmara dos Deputados, e todos estão parados. Seguem os números dos projetos de lei com os respectivos autores e um resumo:

- 1.** PLS 581/2007, do senador Paulo Paim, propõe várias mudanças na Lei 8.036/1990 do FGTS;
- 2.** PLS 193/2008, do ex-senador Tasso Jereissati, propõe a troca da TR pelo IPCA para atualização monetária nas contas do FGTS;
- 3.** PLS 301/2008, do ex-senador César Borges, propõe a distribuição de 50% do lucro líquido do FGTS para os correntistas do fundo;
- 4.** PLS 466/2009, do senador Paulo Paim, propõe que o trabalhador possa aplicar até 10% do seu FGTS na compra de ações da Petrobras para o pré-sal;
- 5.** PL 4.566/2008, da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, propõe as mesmas mudanças do PLS 581/2007.

dicatos para posicioná-los sobre o andamento dos projetos de lei no Congresso Nacional, assim como das ações na Justiça e seus resultados.

Promovido pelo Instituto FGTS Fácil, o fórum contou com a participação de representantes da UGT, NCST, CGTB, Força Sindical, Conlutas, além de 23 sindicatos e especialistas.

No mês das mulheres, UGT celebra a vida e traz mensagens contra a violência



Mulheres ugetistas celebram a vida no Dia Internacional da Mulher, na Praia Grande

A mulher ganhou papel de destaque dentro das ações da União Geral dos Trabalhadores (UGT), no mês de março, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, celebrado no dia 8 de março. O assunto do mês foi a mulher e as políticas públicas para a saúde, o combate à violência e a valorização da trabalhadora sindicalista.

Eventos como “Mulher ComVida”, realizado pela UGT Nacional, no litoral sul de São Paulo, “Mulher que Faz”, da UGT do Rio de Janeiro, e o ato político promovido pela UGT de Goiás para mostrar os 100 anos que simbolizam a luta pela valorização da mulher e alertar sobre a necessidade de a vítima de violência denunciar o agressor, registraram o empenho da UGT em levantar a bandeira em prol das reivindicações das mulheres.

Mulher ComVida

Foram dois dias de festa, alegria e conscientização sobre as lutas, as

vitórias e o muito que ainda tem de ser conquistado pelas mulheres. Assim foi o Mulher ComVida, evento promovido pela UGT Nacional, na Praia Grande, litoral sul de São Paulo, nos dias 7 e 8 de março. “Violência contra a mulher é um lixo” foi um dos principais gritos de alerta do evento, em que também foi destacada a luta da UGT para se atingir os ODMs (Objetivos do Milênio estabelecidos pela Organização das Nações Unidas - ONU), que incluem a promoção da igualdade e a preservação do planeta.

Um dos destaques do primeiro dia do Mulher ComVida foi o trabalho do maquiador Rosaldo Moreira, que maquiou nas mulheres as marcas das violências resultantes de agressões físicas, causando grande impacto no público. Pesquisas apontam que uma em cada cinco brasileiras declaram espontaneamente já ter sofrido algum tipo de violência por parte de um homem, sendo que a cada 15 segundos uma mulher é

espancada no Brasil.

Para o secretário geral da UGT, Canindé Pegado, o combate à violência contra a mulher é uma luta de todos os dias. “Precisamos botar um fim nesses índices assustadores e acabar com essa violência.” Pegado destacou também a escolaridade e as diferenças salariais. As atividades do Mulher ComVida também se concentraram na prevenção do câncer de mama e do colo de útero. Shows encerraram a festa.

Mulher que faz

Com o objetivo de homenagear todas as mulheres, a festa realizada no dia 25 de março, além de receber convidadas da vida pública, como a Dra. Marta Rocha, chefe de polícia do Estado do Rio de Janeiro, contou com a participação de trabalhadoras dos sindicatos filiados à UGT.

A UGT Rio valorizou o trabalho dessas ativistas que passaram por cima do machismo, enfrentaram ambientes inadequados de trabalho e colocaram sua marca em suas ações. São trabalhadoras com filhos para cuidar e determinadas que conquistaram respeito dos colegas de trabalho.

Cada categoria tem trabalhadoras,



Cássia Buffeli (dir.) entrega saco de lixo com mensagens a uma frequentadora da praia



Praia Grande teve ato político, campanha de conscientização e shows



Evento "Mulher que Faz" no Rio teve depoimentos de mulheres sindicalistas

cuja história merece destaque. Assim, a UGT-RJ reuniu companheiras de sindicatos dos rodoviários, ferroviários, comerciários, asseio, entre outros, as quais não só superaram os desafios da profissão como se tornaram lideranças sindicais.

Desmistificando o medo de denunciar

A UGT de Goiás, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, no início de março, realizou um ato político na Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal (APCEF), reunindo cerca de 500 pessoas, entre sindicalistas filiados e representantes da sociedade civil. O objetivo do encontro foi mostrar a importância da data, que há 100 anos simboliza a luta pela valorização da mulher, alertar sobre a necessidade de a mulher denunciar o agressor no combate à violência e aproveitar o ato para doar alimentos ao Instituto Cervantes, abrigo de mulheres violentadas.

"Atingimos nosso objetivo. A UGT mostrou a cara e disse a que veio. Vamos continuar lutando para in-

serir a mulher no contexto globalizado", diz Jacira Carvalho da Silva, da secretaria da mulher da UGT-GO. A convidada especial Dra. Karla Fernandes Guimarães, delegada de polícia civil da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Goiânia, falou sobre a violência contra as mulheres. A delegada esclareceu que muitas vezes os próprios filhos são os agressores, em sua maioria dependentes químicos, e nem sempre a mãe concorda em

fazer o procedimento criminal, dificultando a ação da Justiça.

Em 2010 foram registradas 5.500 ocorrências em delegacias da mulher de Goiânia e abertos cerca de 1.450 inquéritos. Entre as maiores queixas estão a invasão de domicílio, ameaça de morte e de violência. E o denunciado quase sempre é do convívio pessoal da vítima. A quantidade de mulheres que procuram uma delegacia vem aumentando. Outro motivo pelo qual as mulheres não registram ou retardam a apresentação de queixas é o medo de colocar o fim em uma relação afetiva, tendendo a conviver com isso e a se reconciliar com o agressor. Além disso, os crimes de ameaça nem sempre deixam vestígios.

A delegada afirmou que a polícia civil não tem o papel de dizer se a pessoa deve ou não continuar o casamento, mas destacou que as mulheres precisam perder o medo de denunciar o agressor. A Lei Maria da Penha, que coíbe e pune a violência doméstica contra as mulheres, completará neste ano cinco anos de vigência.



Lucía de Fatima Godoy (assessora da presidência da UGT-GO), Rumiko Tanaka (secretária adjunta de finanças da UGT) e Jacira Carvalho da Silva (secretária da Mulher - UGT -GO)

UGT 2011: o ano da Sindicalização para ampliar as conquistas

A União Geral dos Trabalhadores (UGT) renasce das bases todos os dias. Sua sustentação depende dos sindicatos filiados. Suas estratégias sociais e políticas amadurecem a partir da vinculação permanente com as UGTs estaduais, com os sindicatos filiados e suas diretorias. E, principalmente, com a vinculação permanente com os trabalhadores e trabalhadoras nos locais de trabalho. No chão de fábrica, nos escritórios, nas repartições públicas e no campo.

Por isso, a UGT transforma o ano de 2011 no Ano da Sindicalização. “Vamos reforçar ainda mais nossos alicerces”, afirma Ricardo Patah, presidente nacional da UGT. “Para tanto, vamos mobilizar os companheiros e companheiras das diretorias dos sindicatos filiados para fazer com que a campanha de sindicalização

sensibilize todos”, determina.

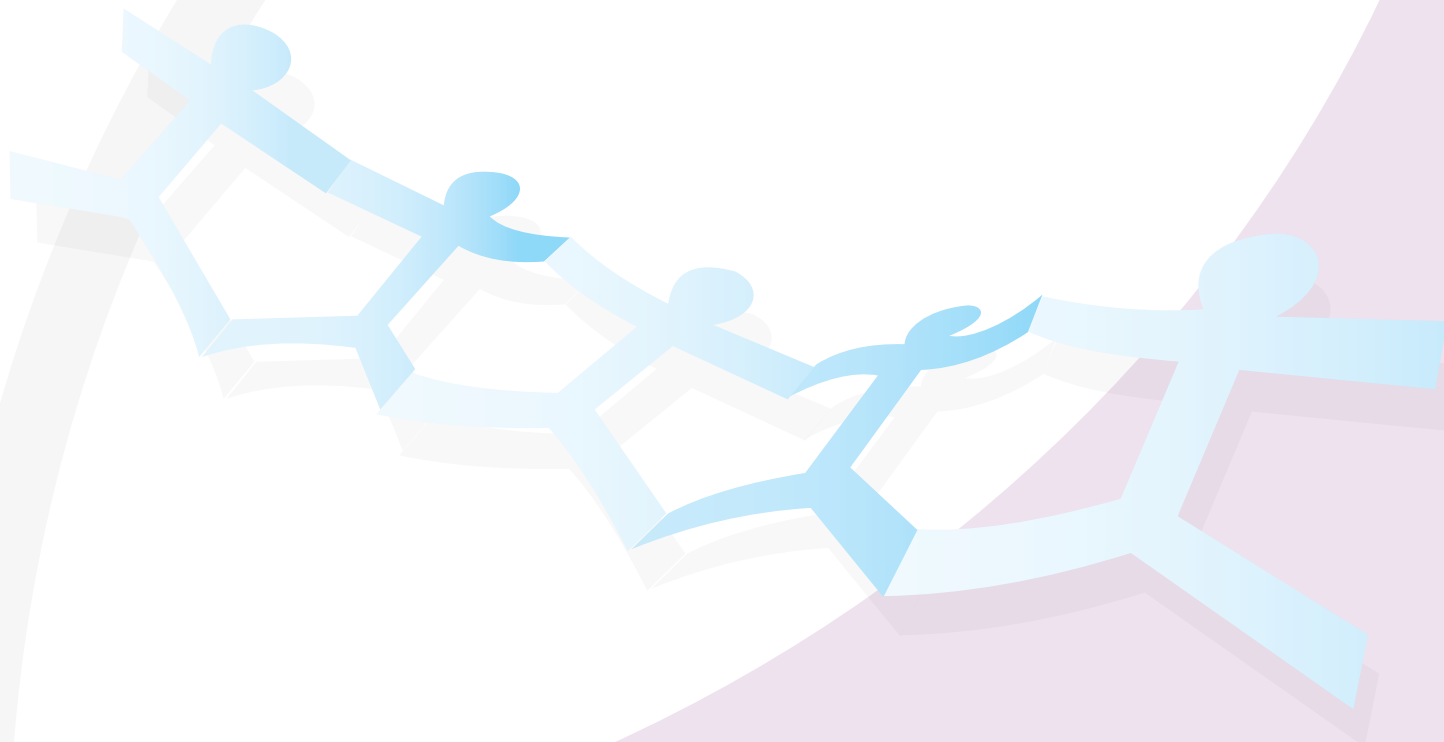
Com a ajuda da UGT nacional, o sindicato levará sua mensagem de sindicalização a todos os cantinhos das empresas, para sensibilizar e mostrar para os empregados e servidores que nosso enfrentamento com patrões e governos é permanente ao longo das 24 horas dos dias, todos os dias do ano.

Provar, através de palestras, assembleias, debates, jornais e revistas, que só é nosso o que legitimamente fomos buscar através da mobilização e da negociação. E que, ao se sindicalizar, cada um dos trabalhadores e trabalhadoras torna seu sindicato mais forte, suas representações de nível superior (federações, confederações e central sindical) muito mais eficientes para estabelecer negociações vitoriosas em vários níveis.

“Porque para se negociar e conquistar ganhos para a classe trabalhadora se exige mobilização dentro e fora das fábricas. Principalmente, nas negociações que estabelecemos junto aos governos, nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras Municipais e no Congresso Nacional”, lembra Ricardo Patah.

E o sucesso de nossas reivindicações depende da aferição que patrões e governos realizam a todo momento de nossa vinculação consciente com as bases que representamos.

“E trabalhador sindicalizado é trabalhador consciente, preparado para apoiar seu sindicato e ajudar a classe trabalhadora na sua luta permanente por um Brasil mais justo, mais democrático e com mais distribuição de oportunidades e de renda, através de salários e empregos decentes”, afirma Ricardo Patah.



“Mais inflação, mais desemprego, menos crédito”, alerta o professor Carlos Lessa

Carlos Lessa, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi professor do Instituto Rio Branco do Itamaraty, de cursos da Cepal e ILPES da ONU, do Instituto para Integração da América Latina, da Universidade do Chile, da Unicamp, entre outras. É professor da UFRJ desde 1978.

Foi assessor do ex-presidente do PMDB Ulysses Guimarães e dirigiu a área social do BNDES. Foi economista do Instituto Latino Americano de Planificación Económica & Social da ONU e consultor da Fundação para o Desenvolvimento da Administração Pública de São Paulo. Foi exilado no Chile, no período inicial da Ditadura Militar. Voltou logo antes do AI-5 e ajudou a fundar o Instituto de Economia da Unicamp.

Em 2002 foi reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cargo do qual se licenciou.

Em 2003 foi convidado pelo presidente Lula para assumir a presidência do BNDES. Discípulo de Celso Furtado, Carlos Lessa defendeu o desenvolvimentismo e um papel mais ativo do governo no direcionamento da economia. Em novembro de 2003, uma semana após fazer críticas ao presidente do Banco Central Henrique Meirelles com relação ao aumento de juros, foi afastado do cargo. Em entrevista à Revista da UGT, Carlos Lessa traça um panorama do futuro da economia brasileira no curto prazo. Segundo ele, a classe trabalhadora voltará a ter a renda subtraída pela inflação. “A inflação é um horror, porque corrói o poder de compra do salário, e a inflação tira o poder de oxigênio



Professor Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES: inflação corrói o salário do trabalhador

que o trabalhador dispõe”, afirma. Haverá uma redução drástica na oferta de crédito. “O Banco Central, agora, chegou à conclusão de que tinha feito uma loucura - porque fez mesmo - deixou que o crédito ao consumidor crescesse 20% ao ano, durante mais de 6 anos. Agora resolveu frear. Então, por exemplo, você não compra mais carro com 30, 40, 50, 60 prestações, o limite é 24”.

Carlos Lessa explica também como se forma o que sustenta a atual inflação e aponta as saídas, caso o governo Dilma Rousseff atue com rapidez, para proteger a renda dos trabalhadores. “A solução sabe

qual é? Fundos Reguladores de Alimentos no Brasil. E a outra coisa importante é o imposto de exportação. Porque se, por exemplo, o preço da carne vermelha sobe muito, deixa subir, porque é bom pro Brasil, vem mais dólares. Mas a carne que os brasileiros comem tem um imposto sobre a exportação. Então pro cara poder vender pra dentro mais barato do que exporta”.

Leia os principais trechos da entrevista realizada por Marco Roza, da Redação da UGT.

MARCO ROZA: Essa discussão toda em torno de juros altos para

segurar a inflação, a gente desconfia que não é bem toda a história contada. A gente queria saber do senhor que tipo de análise pode ser feita.

CARLOS LESSA: Veja bem Marco, veja bem: esse jogo da taxa de juros pra cima, tem sido feito no Brasil, basicamente, para atrair capitais do exterior e segurar as questões do balanço dos pagamentos, mantendo a taxa de câmbio muito valorizada. Ou seja, na verdade, os anos Lula foram mais anos de âncora cambial do que qualquer outra coisa. A inflação, foi por aí que seguraram. Só que agora a inflação está vindo por outro caminho, está vindo pelo caminho do preço das coisas que o Brasil exporta, que estão extremamente valorizadas, porque é uma exploração internacional em torno das matérias primas e dos alimentos. E isso repercute no consumidor brasileiro. Repercute pesadamente no trabalhador até 6 salários mínimos de renda familiar. Dá uma diminuição do poder de compras da ordem de 6,5%, que é muito.

ROZA: É muito mais do que o ganho real que algumas categorias de trabalhadores conseguiram ganhar através de negociações coletivas difíceis, ao longo de 2010...

LESSA: É o que está se vendo acontecer com o aumento da inadimplência. O pessoal compra a prazo as coisas, está com dificuldade de pagar os prazos. Agora, este juro alto, que freia a economia, porque as empresas, vendo um juro muito alto, têm medo de expandir e preferem utilizar os lucros retidos para procurar com-

prar outra empresa, em vez de criar novas. Infelizmente no Brasil foi feita uma coisa muito maldita, criaram esses fundos previdenciários todos. Então você criou, de certa maneira, uma quantidade enorme de trabalhadores, que também se beneficiam com a taxa de juros alta. Quando a taxa de juros cai um pouco, a rentabilidade dos fundos de pensão cai violentamente, porque eles são obrigados a colocar, senão me engano, 50 ou 60% em títulos do Tesouro.

ROZA: E fica todo mundo, então, igual ao que tinha na época da inflação, aplicando em títulos do Tesouro. Todo mundo viciado nessa ciranda ...

LESSA: É, nessa merda! É verdade. Tudo isso é resultado do fato de que o Brasil adotou um modelo chamado Modelo de Metas de Inflação, que foi desenvolvido na Nova Zelândia – quem trouxe isso par o Brasil, quem é especialista nisso é o atual presidente do Banco Central, que é uma criatura obviamente muito comprometida com isso – aí olha o que acontece, olha a situação horrorosa em que se encontra o Brasil e por extensão a classe trabalhadora, por extensão, as famílias brasileiras: é o seguinte, a inflação está subindo. Por que ela está subindo? Porque os brasileiros estão comprando mais? Não. Está subindo porque tem uma especulação internacional tremenda em torno dos títulos financeiros ligados a commodities. A Bolsa de Mercadorias emite fundos formados por índices de matérias primas. Esses fundos hoje são gigantescos, movimentam 360 bilhões de dólares.

ROZA: Caramba!...

LESSA: É, caramba mesmo... e isso empurra pra frente o preço das coisas que o Brasil vende. Por isso é que o Lula fez isso numa boa, porque não teve problema por fora. Só que agora isso tá batendo dentro do Brasil. De que maneira? A mesma carne que o Brasil exporta, o brasileiro só compra se pagar o preço do exportado. O brasileiro só come soja pelo preço da soja exportada e assim por diante. Então tudo o que o Brasil está sendo é importador de inflação, por isso é que a inflação é predominantemente nos alimentos, e por isso bate mais pesadamente nas famílias das pessoas de renda mais baixa do que, por exemplo, na minha família.

Esse é o problema! Agora, o trabalhador fica na seguinte situação: a inflação é um horror, porque corrói o poder de compra do salário, e a inflação tira o poder de oxigênio de que ele dispõe. Porém, se a intenção é empurrar pra cima os juros, que é a primeira decisão do governo Dilma, que botou os juros pra cima, o que é que acontece? Acontece uma coisa muito terrível: freia o crescimento do Brasil! A única solução possível para o Brasil é crescer; se não cresce, não se gera empregos de qualidade nem se multiplicam os empregos na renda familiar. Então o que acontece meu amigo? O Brasil para de crescer. E o Banco Central, agora, chegou à conclusão de que tinha feito uma loucura - porque fez mesmo – deixou que o crédito ao consumidor crescesse 20% ao ano, durante mais de 6 anos. Agora resolveu frear. Então, agora, por exemplo,

you não compra mais carro com 30, 40, 50, 60 prestações, o limite é 24. Entendeu? Então o Brasil vai parar de crescer mesmo! E aí vai ter uma classe operária vitimada pela inflação e sem a vantagem da geração de empregos. É o pior dos mundos! A solução sabe qual é? Fundos Reguladores de Alimentos no Brasil. Antigamente havia, mas acabaram com eles. Quem está propondo para fazer isso mundialmente é a Europa, mas aí é para nos sacanear. Não é para nos aju-

dar. E a outra coisa importante é o imposto de exportação. Porque se, por exemplo, o preço da carne vermelha sobe muito, deixa subir, porque é bom para o Brasil, vem mais dólares. Mas a carne que os brasileiros comem tem um imposto sobre a exportação. Então para o cara poder vender para dentro mais barato do que exporta.

ROZA: Perfeito professor. E por que está todo este coro: toda a imprensa, o governo, todo mundo

numa linha só de raciocínio, ninguém faz essa crítica? Exceto o senhor, claro....

LESSA: Isso aconteceu no Brasil de uma maneira assustadora. Você criou uma euforia no ano 2010 e estão mantendo 2011 sob o seguinte coro: ou corta o gasto público ou o Brasil vai para o buraco. Sabe o que eles vão fazer? Vão cortar R\$ 50 bilhões (confirmados pelo governo após esta entrevista) em obras e gasto público. Isso é mais desemprego.

É hora de o governo repensar a guerra cambial

O governo gastou R\$ 24 bilhões para comprar dólar e manter a cotação em R\$ 1,668 só nos primeiros 30 dias de 2011. Cada vez que o governo entra nesta verdadeira guerra cambial amplia a reserva de dólares do país. Mas para manter essa reserva, estimada em US\$ 300 bilhões, são gastos outros US\$ 30 bilhões, ou R\$ 50 bilhões ao ano, segundo cálculos de Márcio Garcia, economista, engenheiro e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Isso é tanto dinheiro que escapa do nosso senso comum. Por isso, valem algumas comparações. O Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) deve ter uma receita, em 2011, de R\$ 94,48 bilhões – um aumento de 13,7% em relação a 2010. Se fizermos as contas, significa que gastamos a metade do que investimos na educação básica para manter as reservas forçadas de “verdinhas”.

Os US\$ 30 bilhões, consumidos anualmente pelo governo na manutenção do “suposto equilíbrio” cambial, estão bem próximos dos US\$ 24 bilhões que a Vale do Rio Doce arrecadou no ano passado com suas exportações para o resto do mundo. Só para lembrar, a Vale é a maior exportadora global de minério de ferro em pelotas e comercializa seus produtos para indústrias siderúrgicas do mundo inteiro.

Acreditamos ter avançado nossa tese de que gastamos dinheiro demais para segurar a cotação do dólar, que chega aqui atraído pelos juros mais altos do mundo. Os especuladores conseguem dólares a juros baixos no exterior e os investem, praticamente sem riscos, em nossa ciranda financeira, onde ganham, às custas do povo brasileiro, lucros astronômicos.

Na outra ponta, os US\$ 300 bilhões acumulados pelo governo brasileiro têm uma rentabilidade irrisória. Imaginem que, segundo cálculos de economistas renomados, tal rentabilidade chegou a cair à média de 1,12% ao ano (0,83% em 2009 e 1,41% em 2010) nos últimos dois anos.

Diante desse cenário fica claro que a saída é repensar o atual modelo de guerra cambial em que o Brasil acabou sendo envolvido. É hora de o governo brasileiro ouvir os apelos dos seus setores produtivos, dos trabalhadores e suas lideranças, para buscar um modelo de crescimento que aposte nos investimentos em produção genuinamente brasileira. É hora também de o Brasil pensar numa política econômica que contenha a ação dos especuladores. Temos de filtrar esses investimentos estrangeiros. Temos de pensar numa política de aceleração do crescimento que tragam investimentos para o verdadeiro desenvolvimento. E isto só conseguiremos investindo muitos desses dólares em educação, qualificação profissional e pesquisa.

Lourenço Prado é presidente da Contec e vice-presidente da UGT

Reunião sobre 2º Congresso marca inauguração da nova sede da UGT

No dia 15 de março, uma reunião preparatória do 2º Congresso Nacional da UGT marcou o início das atividades na nova sede nacional da União Geral dos Trabalhadores, agora instalada na rua Aguiar de Barros, 144, no bairro da Bela Vista, na capital paulista.

As novas instalações tornaram-se inadiáveis diante do rápido crescimento da UGT que, às vésperas de completar quatro anos de fundação, conta com aproximadamente 1.000 entidades sindicais filiadas.

Com o crescimento, vieram as novas necessidades e os novos desafios, exigindo a integração de todas as secretarias para que a UGT possa funcionar na sua totalidade num só espaço. O resultado será melhor atendimento a seus filiados e, por extensão, a milhões de trabalhadores representados por essas entidades sindicais.

Assim, a nova sede da UGT foi planejada em todos os detalhes. A começar pelo auditório no térreo. Será um espaço reservado para fazer parte da história do sindicat

lismo brasileiro, diante dos importantes debates que sediará daqui pra frente.

“Estamos entregando a nova sede que melhorará e muito a relação entre as nossas secretarias. Lá estarão lotadas as pastas da mulher, aposentados, terceiro setor, juventude, diversidade, acessibilidade, entre outras, e todas vão ter a oportunidade de desenvolver um trabalho melhor”, afirmou Ricardo Patah, presidente da UGT.

O novo prédio dispõe de sete pavimentos, e dois subsolos com garagens com capacidade para 40 veículos. No térreo está sendo finalizado um auditório para receber até 120 pessoas e o mezanino abriga salas de reunião.

Várias secretarias já se encontram devidamente distribuídas nos demais andares, sendo que no primeiro andar funcionam as secretarias Internacional, Integração das Américas, Ipros; 2º andar: Saúde e Segurança, Meio Ambiente, Diversidade, Mulher, Coletivo de Gênero, Aposentados, Ju



A nova sede da UGT Nacional centraliza em um só lugar todas as secretarias, além de auditório

ventude, Acessibilidade; 3º andar: Formação Sindical, Rural, Organização Política e Gerência Executiva; 4º andar: Comunicação e Finanças; 5º andar: Secretaria Geral e Políticas Públicas; e no sexto andar, a presidência e sua assessoria.



Cada secretaria tem seu espaço para cuidar de suas atividades plenamente



Funcionalidade do mobiliário é resultado de um bom planejamento

Comerciários exigem urgência na regulamentação da profissão

Trocar experiências e se organizar para ser reconhecida legalmente como categoria profissional. Foi com esses objetivos que mais de duzentos sindicalistas da área do comércio participaram, em dezembro, em Salvador, na Bahia, do 1º Seminário Nacional dos Dirigentes Sindicais Comerciários da União Geral dos Trabalhadores.

Os comerciários, que hoje representam a maior categoria profissional do País, com aproximadamente 10 milhões de trabalhadores presentes em todos os municípios, sofrem o constrangimento de não ser uma categoria profissional regulamentada.

No entanto a existência de três projetos tramitando no Congresso Nacional, dispendo sobre a regulamentação profissional dos comerciários, é uma certeza de que esse constrangimento está perto do fim.

O PLS nº 115/2007, do senador Paulo Paim (PT-RS), o PLS nº 152/2007, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), e o PL nº 6.406/2009, do deputado federal José Airton Cirilo (PT-CE), reconhecem a necessidade de regulamentar a profissão do comerciário, porém os conflitos ainda são grandes, o que levou os dirigentes sindicais comerciários da UGT, reunidos no seminário, a decidirem avançar na negociação com a classe empresarial e com o Congresso Nacional, principalmente com os relatores dos projetos, no sentido de se elaborar um substitutivo que assegure a definição do que se entende por “categoria profissional comerciária”.

Os dirigentes sindicais apontaram



Integrantes da mesa na abertura do seminário dos dirigentes sindicais comerciários em Salvador

que a falta de regulamentação da categoria é uma das razões que leva a jornada de trabalho do comerciário a chegar a 56 horas semanais. E que o trabalho aos domingos e feriados tem sacrificado a classe dos trabalhadores na convivência familiar, no lazer, no esporte e na prática religiosa.

Tudo isso tem levado as entidades sindicais de comerciários do Brasil – Sindicatos, Federações e a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), com o apoio da UGT, a exigir a regulamentação da categoria profissional.

Vicente da Silva, presidente da Federação dos Empregados do Comércio do Estado do Paraná e idealizador do seminário, lembrou que a Contribuição Assistencial, aprovada pela categoria em Assembleia Geral, mesmo tendo respaldo na CLT e na Constituição Federal, é alvo do Ministério Público, que vem fazendo exigências para sua aplicação.

Por essa razão ele destacou a importância de os trabalhadores se mobilizarem em suas bases e continuar lutando pela



Participantes do 1º Seminário Nacional dos Dirigentes Sindicais Comerciários



Seminário atraiu mais de 200 dirigentes que cobraram urgência na regulamentação

aprovação do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 6.708, originário do PLS nº 248/06, de autoria do senador Paulo Paim, já aprovado no Senado Federal, regulamentando a cobrança da contribuição assistencial, receita indispensável para a sobrevivência dos sindicatos de base.

Juventude avança rumo à globalização com preparação de novos líderes

A UGT Jovem está cada vez mais global, com a participação em eventos dos movimentos sociais e sindical voltados à discussão da agenda para os jovens no Brasil e no exterior, intensificados desde meados do ano passado quando a ONU (Organização das Nações Unidas) declarou o Ano Internacional da Juventude. O mais recente compromisso externo dos jovens dirigentes da UGT foi no Fórum Social Mundial, realizado entre os dias 6 e 11 de fevereiro em Dacar, no Senegal, com representantes de 123 países.

A UGT esteve presente em várias agendas ligadas a temática do trabalho durante o fórum, e ajudou a organizar, junto com a CSI, o Fórum Sindical Mundial, com uma intervenção do secretário adjunto de Juventude da UGT, João Vidal. Participou ainda da assembleia das assembleias, que reuniu os movimentos sociais presentes no fórum.

Em agosto de 2010, coincidindo com o início do Ano Internacional da Juventude, a UGT fez parte da delegação oficial brasileira na Conferência Mundial de Juventude da ONU, no México, liderada pelo então ministro Luiz Dulci. Em julho, no Canadá, a UGT disputou uma vaga como membro titular do Comitê Mundial de Juventude da CSI. Participou também



João Vidal falou em nome da UGT no Fórum Sindical Mundial promovido pela CSI

de um seminário da CSA (Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas) que aconteceu na Colômbia em novembro.

A formação de jovens líderes sindicais é uma das preocupações permanentes da UGT Jovem, com o desenvolvimento de projetos inclusive em conjunto com outras centrais sindicais brasileiras.

No ano passado, foram realizados dois módulos de cursos de formação com financiamento da entidade norte-americana Solidarity Center da AFL-CIO e sob a coordenação pedagógica do Ipros (Instituto de Promoção Social). Para o biênio 2011-2012, estão sendo planejadas novas iniciativas, como a elaboração e manutenção de um portal ligado ao tema juvenil, com alcance em todo o continente americano.

“Estamos trabalhando bem otimistas pela continuidade do financiamento dos projetos pelo Solidarity Center”, diz Elimar Cavaleta, secretário da Juventude da UGT.

No âmbito nacional, a UGT teve ain-

da atuação ativa nas discussões e na produção do texto que resultou na Agenda Nacional de Trabalho Decente para Juventude, lançada em dezembro do ano passado, em Brasília, pelo então presidente Lula.

“Foi uma intensa discussão tripartite, um excelente exercício para os jovens dirigentes sindicais e a UGT teve uma participação fundamental para alcançar o nosso objetivo”, afirma João Vidal.

Além disso, Vidal foi o primeiro sindicalista a liderar a sociedade civil no Conselho Nacional de Juventude como vice-presidente do Conjuve. Nesse papel, foi interlocutor da juventude brasileira em vários momentos com o então presidente Lula.

“No fim deste ano teremos a 2ª Conferência Nacional de Juventude, para a qual vamos nos preparar para levar uma pauta no âmbito das políticas públicas governamentais e inserir os jovens definitivamente como segmento social estratégico para o desenvolvimento do Brasil”, diz Elimar Cavaleta.



Participantes do encontro de jovens

Atuação indígena marca diversidade nas prioridades da UGT

Titular da Secretaria Nacional para Assuntos dos Povos Indígenas, o cacique Iwrar Karajá traz para a discussão na UGT os problemas vividos pelos povos indígenas, em especial os jovens aos quais faltam perspectivas. Cacique de uma aldeia na Ilha do Bananal e vereador de Lagoa da Confusão, em Tocantins, Iwrar Karajá tem recorrido a todas as instâncias do poder público para encaminhar suas preocupações e apresentar propostas, mas sem sucesso. E a filiação à UGT tem o objetivo de obter um importante apoio nessa sua luta.

“Nossa aldeia é formada por aproximadamente 900 indígenas que tentam sobreviver da caça, pesca e da agricultura”, diz o cacique, destacando que alguns são funcionários públicos municipais ou estaduais. Em toda a ilha, são mais de 3 mil índios em 24 aldeias.

O tráfico de drogas e o alcoolismo são os dois problemas mais sérios que a comunidade karajás vem enfrentando nos últimos anos, espe-

cialmente entre os adolescentes e jovens. “Crianças e jovens estão cheirando cola e até gasolina e isso vem crescendo rapidamente, resultando em problema muito sério. Há índios morrendo vítima da cirrose hepática, outros afogados devido ao excesso de bebidas ou drogas”, diz o cacique.

Outro problema da tribo karajás são as queimadas das florestas. Além de destruir a natureza, o excesso de fumaça acaba causando problemas respiratórios em crianças e idosos.

Uma das propostas de Iwrar Karajá é instalar um laboratório de informática para absorver o tempo ocioso de crianças e adolescentes e, com isso, afastá-los do álcool e drogas. “Eles passariam boa parte do tempo se divertindo e aprendendo na internet.”

Outro projeto é a criação de uma escola na aldeia para que, além da prática de esportes, os jovens possam desenvolver atividades artesanais em cerâmica e tapeçaria. “Eles produziram artesanatos e a UGT até

Ilha do Bananal é a maior do mundo

A Ilha do Bananal é a maior ilha fluvial do mundo, com cerca de 20 mil km² de extensão. Ela é cercada pelos rios Araguaia e Javaés e localiza-se no Estado de Tocantins, subdividida entre os municípios de Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pium. Fica perto da divisa com os estados de Goiás, Mato Grosso e Pará. Abriga ao norte o Parque Nacional do Araguaia e ao sul duas reservas indígenas: Karajás e Javaés distribuídas em 15 aldeias.

Descoberta em 26 de julho de 1773 pelo sertanista José Pinto Fonseca, recebeu o nome de Santana. Posteriormente passou a se chamar Bananal devido à existência de extensos bananais silvestres. A Ilha do Bananal é considerada um dos santuários ecológicos mais importantes do país. Por estar na faixa de transição entre a Floresta Amazônica e o cerrado, possui fauna e flora bastante diversificadas. A fauna tem espécies comuns ao Pantanal Mato-Grossense, como a onça pintada, boto, uirapuru, garça azul e tartaruga da Amazônia. Na flora destacam-se vários gêneros de orquídeas terrestres, piaçava e canjerana. Na vegetação predominam os campos conhecidos na região pelo nome de varjões.



Cacique Iwrar Karajá, secretário para Assuntos dos Povos Indígenas da UGT

que poderia implantar uma loja em São Paulo, por exemplo, para a sua comercialização.”

Na Secretaria Nacional para Assuntos dos Povos Indígenas da UGT, ele conta com a secretária adjunta Idjarina Rosa Karajá e a primeira secretária adjunta Idjawala Rosa Karajá.

Trabalhadores ganham diálogo direto com Davi Zaia na secretaria

Davi Zaia, deputado estadual reeleito em 2010 e vice-presidente da UGT, assumiu a Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho do governo Geraldo Alckmin com o compromisso de ampliar a participação da sociedade, através dos sindicatos e movimentos sociais. “O governador pediu que nos empenhássemos para que todos os programas que estão sendo desenvolvidos pela secretaria continuem funcionando a pleno vapor para garantir que o povo de São Paulo tenha assegurado o seu emprego e a sua renda”, afirmou Davi Zaia durante a solenidade de transmissão do cargo, antes ocupada por Pedro Rubez Jehá.

No movimento sindical há mais de 30 anos, Davi Zaia terá importante contribuição na qualificação profissional e na abertura de diálogo entre o governo e a sociedade para ampliação e reativação de programas como o Banco do Povo e recursos como o FAT (Fundo de Amparo

ao Trabalhador). Com isso, o secretário objetiva traçar um panorama visando atender as necessidades dos trabalhadores de cada um dos 645 municípios do Estado de São Paulo.

A **Revista da UGT** conversou com o secretário, que teve entre suas metas já cumpridas em três meses a aprovação na Assembleia Legislativa dos novos valores para o piso salarial regional, variando de R\$ 600 a R\$ 620, em vigor a partir de primeiro de abril.

A fixação dos novos valores foi precedida de amplas negociações com as centrais sindicais, que nas reuniões defenderam o valor de no mínimo R\$ 600. Estima-se que o salário mínimo regional beneficie aproximadamente 1,4 milhão de trabalhadores em todo o Estado de São Paulo.

UGT: Quais são as prioridades da sua gestão?

Davi Zaia: Vamos dar continuidade

e ampliar os programas em desenvolvimento na Secretaria como o Banco do Povo, o Jovem Cidadão, entre outros. No que se refere aos programas de qualificação profissional, negociaremos com o governo federal a reativação dos convênios para utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Também vamos identificar as principais demandas por profissão e necessidades dos municípios e regiões do Estado para orientar os nossos cursos nessa direção.

UGT: Qual o diferencial que a sua origem sindical pode representar no comando da Secretaria?

Zaia: No movimento sindical aprendi que o melhor caminho para encontrar soluções é o diálogo entre as partes envolvidas. Esse é o caminho que escolhi para seguir como secretário. Vamos somar as experiências dos diferentes setores da sociedade para estabelecer parcerias que permitam ampliar os programas da secretaria.

UGT: Quais são seus planos para fortalecer e ampliar a atuação do Banco do Povo?

Zaia: O Banco do Povo Paulista (BPP) é o principal programa de microcrédito do País. No ano passado, fechamos o ano com mais de 28 mil contratos e R\$ 107 milhões em empréstimos. Nossa meta agora é ampliar o número de unidades do BPP das atuais 463 para atuar em todos os 645 municípios do Estado.

UGT: Como ampliar a parceria da Secretaria com os sindicatos nos programas de qualificação profissional?

Zaia: Já iniciamos esse trabalho de



Davi Zaia discursa durante sua posse na Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho

Origem na categoria bancária

Formado em filosofia pela PUC de Campinas, com especialização em Economia do Trabalho pela Unicamp, este sindicalista de formação foi presidente por três mandatos (1983-1985-1995) do Sindicato dos Bancários de Campinas e Região. Em 1992, presidiu o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), tendo sido, anteriormente, o seu diretor e vice-presidente. É também presidente da Federação dos Bancários de São Paulo e Mato Grosso do Sul, entidade que representa 25 sindicatos da categoria e cerca de 70 mil bancários dos dois estados. Eleito deputado estadual em 2006 pelo PPS, foi reeleito em 2010. Zaia é um dos vive-presidentes da UGT desde sua fundação em julho de 2007.

parceria. Uma das primeiras iniciativas do atual governo foi convidar as centrais sindicais para um encontro no Palácio dos Bandeirantes, organizado pela secretaria. Desse evento inicial com o governador Geraldo Alckmin, iniciamos uma série de reuniões com o objetivo de constituir um espaço de negociação perma-

nente com o movimento sindical, em torno de diferentes questões, entre as quais as demandas por qualificação profissional. Recentemente, a pedido do governador, também tivemos um encontro com a Fetaesp (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo), com o objetivo de concretizar

cursos de requalificação para os trabalhadores rurais, em particular, para os canavieiros, que serão afetados pelo protocolo firmado entre a Única (entidade que representa as usinas sucroalcooleiras) e o governo estadual que prevê o fim da queima da palha da cana de açúcar, até 2014, e a mecanização da colheita. Com essa medida, que melhorará as condições ambientais no Estado, os canavieiros terão de ser alocados para outras funções como as de tratoristas, mecânicos e eletricitas. Então, já iniciamos os procedimentos para oferecer esses cursos para os canavieiros e também a outros trabalhadores rurais, com reforço de disciplinas de português e matemática, suprimindo as carências de formação escolar. Esse é apenas um exemplo das muitas iniciativas que poderemos fazer em conjunto com o movimento sindical.



Posse de Davi Zaia na Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho foi bastante concorrida com a presença de centenas de convidados

Vice-presidente da UGT lança livro de memórias



Laerte Teixeira da Costa

O resgate da história do movimento sindical brasileiro, cuja ausência de memória tem sido uma das características mais marcantes, pouco a pouco vai garimpando novos aliados. Principalmente no campo da literatura, que parece estar conquistando corações e mentes de expressivas lideranças sindicais. Prova disso é o mais recente lançamento de Laerte Teixeira da Costa, vice-presidente da UGT, que assina o livro “Pequenas Memórias Pessoais”. Nele o autor descreve momentos e passagens vivenciados com as mais diversas lideranças do sindicalismo, tanto no território nacional, como no âmbito internacional, onde Laerte, que também é secretário de Políticas Sociais da CSA (Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas), figura entre os expoentes.

O que o levou a escrever um livro de memória ?

A história de minha família sempre me intrigou. São verdadeiras sagas. Imigrantes que ajudaram a desbravar o sertão paulista. Compraram terras, derrubaram matas, plantaram café e criaram gado. Tive avós bem de vida. Especialmente me chamou atenção a diáspora rural brasileira, o êxodo das décadas de 50 e 60, quando as cidades brasileiras receberam os contingentes de trabalhadores rurais. A minha família toda fez parte disso. Eu mesmo saí da roça e fui para Mirassol (SP) no início dos anos 50.

Mas você não fala só da família.

É verdade. Eu juntei algumas coisas: minha infância e juventude, minhas atividades políticas e minhas atividades sindicais. Fiz uma salada e

não creio que deva interessar a muita gente. É algo muito íntimo, muito pessoal. Como digo no livro, uma vida insignificante, mas minha.

Há textos sobre amigos, colegas e companheiros. Como foi a escolha?

À medida que fui colocando as ideias e as histórias no papel, decidi também falar de algumas pessoas, em geral daquelas que poderia falar bem. Se fosse para falar mal, também haveria uma boa galeria de nomes (risos). Escolhi pessoas com as quais tive contato, gente que conviveu comigo no trabalho, no sindicato e na política. Parceiros comuns. Não havia como contemplar todos e muitos ficaram de fora. Espero poder corrigir isso no futuro.

Demorou para escrever o livro?

Olha, até que para escrever não demorei muito. Durou pouco mais de um ano. Terminei em 30 de setembro de 2009. A primeira versão tinha 600 páginas. Aí, vieram os cortes e a seleção de artigos. Abandonei pelo caminho mais de 50 deles. O trabalho de revisão também foi longo porque eu sempre mexia no texto. Dei um trabalhão para Regina Marilhano Costa, jornalista do boletim eletrônico UGTpress. Ela foi a última a verificar o texto e escreveu também o posfácio.

Um livro concluído em 2009, editado no fim de 2010 e distribuído em 2011. Não é muito tempo?

De fato. E poderia ter demorado mais. Não é fácil publicar um livro. Além de caras, essas obras pessoais não têm mercado e estão destinadas a um público restrito. Só foi publicado porque tive a ajuda dos companheiros da UGT. Agradeço especialmente ao presidente Ricardo Patah, sempre um entusiasta. Ele escreveu a apresentação e está remetendo um exemplar para cada organização filiada à UGT.

Você já tinha alguma experiência?

Fui um bom aluno de redação e cheguei, no curso médio, a vencer um concurso do Rotary Clube. Tenho cerca de 300 artigos publicados, alguns em jornais da grande imprensa. Também foram publicados pela Fundação Konrad Adenauer, da Alemanha, dois trabalhos meus sobre desemprego, distribuídos no tempo da Central Autônoma de Trabalhadores (CAT). Em resumo, tento escrever, mas sei das limitações deste ofício. Não é fácil.

Mário Soler escreve no prefácio que você tomou gosto pela coisa. Há novos projetos no horizonte?

Ricardo Patah teve uma ideia interessante: escrever sobre as lideranças das UGT. Será discutida a possibilidade de organizar uma radiografia das lideranças da UGT, com os dados dos sindicatos e fotos dos principais dirigentes. É um projeto simples, mas demorado. Implica pesquisas e colaboração das entidades filiadas. O corte no tempo será o 2º Congresso da UGT, programado para julho de 2011. Os filiados na data do congresso estarão no livro.

Mercosul 20 anos: seminário faz um balanço histórico da integração regional

A UGT (União Geral dos Trabalhadores) realizou no dia 29 de março, em São Paulo, o “Seminário internacional sobre a trajetória dos 20 anos do Mercosul”, que aconteceu no Hotel Excelsior. O objetivo foi fazer um balanço histórico do processo iniciado em 1991, com a assinatura do tratado de assunção, com vistas a fortalecer o espaço dos trabalhadores na luta por uma melhor integração dos povos, trazendo mais contribuições para o fortalecimento do bloco, além de harmonizar as ações da UGT nos diferentes âmbitos do Mercosul.

O evento contou com a participação de dirigentes da UGT, do embaixador Bruno Bath, diretor do departamento de Mercosul do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; Dora Beruti, da CGT Argentina; Ramón Ermácora, do Instituto de Capacitação do Sul; Adolfo Aguirre, da CCSCS (Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul), e Víctor Báez e Rafael Freire Neto, ambos da CSA Confe-

deração Sindical dos Trabalhadores (as) das Américas).

O presidente nacional da UGT, Ricardo Patah, abriu o seminário lembrando que vivenciou de perto a criação do Mercosul e que os trabalhadores sempre sonharam em criar uma rede de atividades comum aos países da América do Sul. Hoje essa rede existe, mas trouxe consigo diversos entraves que precisam ser debatidos, como leis para trabalhadores migrantes. “Nós temos de instrumentalizar a proteção desses trabalhadores”, disse Patah.

Otton Mata Roma, secretário internacional de integração para as Américas da UGT, disse que a central tem desenvolvido um trabalho decisivo na América do Sul. “A UGT está no coração das discussões do Mercosul e hoje os trabalhadores são ouvidos em todas as discussões do bloco. Já é possível, pelo menos, sonhar com uma previdência unificada ou uma moeda única dos países do Mercosul”, afirmou. O

embaixador Bruno Bath confirmou isso, afirmando que a sociedade civil tem cada vez mais espaço dentro do bloco.

Fundo financia obras

Essa participação e crescimento das ações espalhadas pelo continente sul-americano ganhou força a partir do momento em que o Mercosul adotou uma visão democrática sobre seu papel com a classe trabalhadora e com os países participantes do bloco. Para exemplificar, Cícero Pereira da Silva, secretário adjunto de integração para as Américas da UGT, falou sobre o Focem (Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul), um fundo de US\$100 milhões. “Todos os países do Mercosul colaboram com o fundo, mas quem tem mais recursos, como o Brasil e a Argentina, paga mais”, disse.

Atualmente, o fundo tem sido usado, principalmente, para obras de infraestrutura no Paraguai. “Por enquanto, apenas o Paraguai usou



Ricardo Patah, presidente nacional da UGT, na abertura do “Seminário internacional sobre a trajetória dos 20 anos do Mercosul”



Seminário contou com a participação de dirigentes de países do Mercosul

o dinheiro. Lá, apenas 6% das estradas do país são pavimentadas e essa é uma forma de o Mercosul contribuir para o desenvolvimento daquela nação”, completou Cícero.

Conhecer para reduzir desigualdade

No tocante aos trabalhadores, é necessário analisar o quadro atual da América Latina. Onde está a classe trabalhadora? Para onde ela vai? Esses foram os questionamentos de Adolfo Aguirre, da CCSCS, que defendeu que o Mercosul avalie os problemas dos trabalhadores e elabore um plano de ação para diminuir a desigualdade existente no continente. Essa opinião também foi compartilhada por Ramón Ermácora, do Instituto de Capacitação do Sul. “O bloco deve informar, conscientizar e protagonizar a integração dos trabalhadores, assim como a UGT faz no Brasil”, elogiou.

O cenário é positivo, mas o seminário não deixou de levantar diversas questões importantes que ainda precisam ser melhoradas. Valdir Vi-

cente, coordenador do foro consultivo econômico social do Mercosul e secretário de políticas públicas da UGT, resumiu bem essa questão. “Nós temos de repensar o papel da sociedade no bloco e incluir sempre temas sociais em suas discussões”, disse. Como exemplo, Dora Beruti, da CGT Argentina, citou a luta por igualdade para os trabalhadores estrangeiros.

O secretário de política econômica e desenvolvimento sustentável da CSA, Rafael Freire Neto, afirmou que as ações sindicais dentro do bloco devem levar em conta que o momento político e tecnológico que vivemos hoje é diferente de anos atrás, quando o Mercosul foi criado. “As ações têm de ser compatíveis com o nosso tempo. É preciso utilizar as condições atuais, que nos permitem ir além das fronteiras e estabelecer um diálogo maior entre os trabalhadores. Além disso, a UGT precisa ir para os fóruns e criar visibilidade para o movimento sindical dentro do Mercosul”, recomendou. Estiveram presentes no seminário

os vice presidentes da UGT Antonio Carlos Salim, Laerte Teixeira e Lourenço Ferreira Prado, o secretário das finanças José Moacyr Pereira, o secretário de relações internacionais Arnaldo Benedetti, a secretária adjunta de políticas públicas Josineide Camargo, a secretária adjunta de integração para as Américas Mônica da Costa Mata Roma e a secretária adjunta de relações internacionais Cássia Buffeli.

A harmonização de políticas

O Mercosul é um projeto que sofreu mudanças em seus 20 anos, mas que ainda carrega tanto as assimetrias entre os países e a suscetibilidade às mudanças de governo quanto suas características indelévels de solidariedade e parceria que marcam seu povo. Ainda assim, o bloco é hoje uma potência na região, assim como uma referência em termos de integração econômica, e confere aos seus membros, em especial àqueles chamados de sócios menores, um poder de negociação internacional muito maior do que o que se poderia ter sem a integração.

Entretanto, apenas a integração econômica não resolve as mazelas sociais das populações, e não promove o desenvolvimento sustentável da região. À medida que se percebeu a necessidade de se ter um Mercosul mais forte, a participação social na discussão de políticas públicas para a região ganhou importância, legitimando a implementação de políticas harmonizadas de trabalho, emprego, seguridade social, livre circulação, cultura, educação, entre outras.

UGT tem participação ativa em diferentes frentes pelo fortalecimento do Mercosul

A UGT coordena a seção brasileira do Foro Consultivo Econômico Social do Mercosul (FCES), que recentemente se reuniu com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), do governo brasileiro, e foi representada por Valdir Vicente, em um encontro que teve como objetivo estreitar o relacionamento entre os dois Conselhos e planejar ações conjuntas.

Esteve presente também na Conferência Mercosul de Emprego e Trabalho Decente, em novembro de 2010, em Brasília. Esta conferência abriu um ciclo de debates em torno do avanço das políticas públicas de emprego e Trabalho Decente, e será seguida por pelo menos outras três conferências específicas.

Entre os dias 16 e 17 de dezembro de 2010, as Secretarias de Integração para as Américas e de Políticas Públicas da UGT participaram dos encontros que tiveram como objetivo apontar um resumo das atividades do bloco, para avançar nas

questões mais urgentes e sensíveis da integração.

A Cúpula Social do Mercosul foi um marco do fim do mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Na oportunidade, a UGT, juntamente com as demais centrais sindicais da CCSCS, entregou a Lula uma placa de homenagem, além de um documento contendo as principais reivindicações do movimento sindical da região.

A UGT também coordena, junto com outras centrais brasileiras, o projeto “Vida e Trabalho Decente para Trabalhadores Migrantes no Paraguai e no Brasil”, que pretende trazer mais cidadania aos paraguaios no Brasil e aos brasileiros no Paraguai.

Na revisão da Declaração Sociolaboral do Mercosul, a UGT tem levado diversas propostas relativas à livre circulação, trabalhadores indígenas, terceirização, igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, não discriminação. E o debate se intensifica na Comissão



10ª Cúpula Social do Mercosul

Sociolaboral com o pleito das centrais de elevar a DSL ao status jurídico de protocolo, que permitirá maior fiscalização do cumprimento dos compromissos assumidos pelos estados na declaração.

“Estivemos presentes quando milhares de migrantes do Mercosul passaram a poder se aposentar pelo Acordo Multilateral de Seguridade Social, que permite aproveitar o tempo de contribuição nos países do bloco, quando passou a valer o Acordo de Residência do Mercosul ou ainda quando se assinou a Declaração Sociolaboral do Mercosul. Apostamos que esta integração é boa para o trabalhador, é boa para o Brasil e é boa para o Mercosul. A UGT investe na participação neste bloco”, afirma Cícero Pereira, 1º secretário adjunto da Secretaria Internacional de Integração para as Américas da UGT.

Mônica da Costa Mata Roma, secretária adjunta de Integração para as Américas, também ressalta a importância da participação da UGT nas discussões do bloco: “Se a sociedade civil, em especial os trabalhadores e trabalhadoras, não estiver no centro das discussões sobre políticas laborais no Mercosul, sofreremos as consequências no futuro. Nossa luta é forte e de qualidade, e os resultados vão sendo alcançados à medida que fortalecemos a luta”.



Plenária da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul, em Montevideú

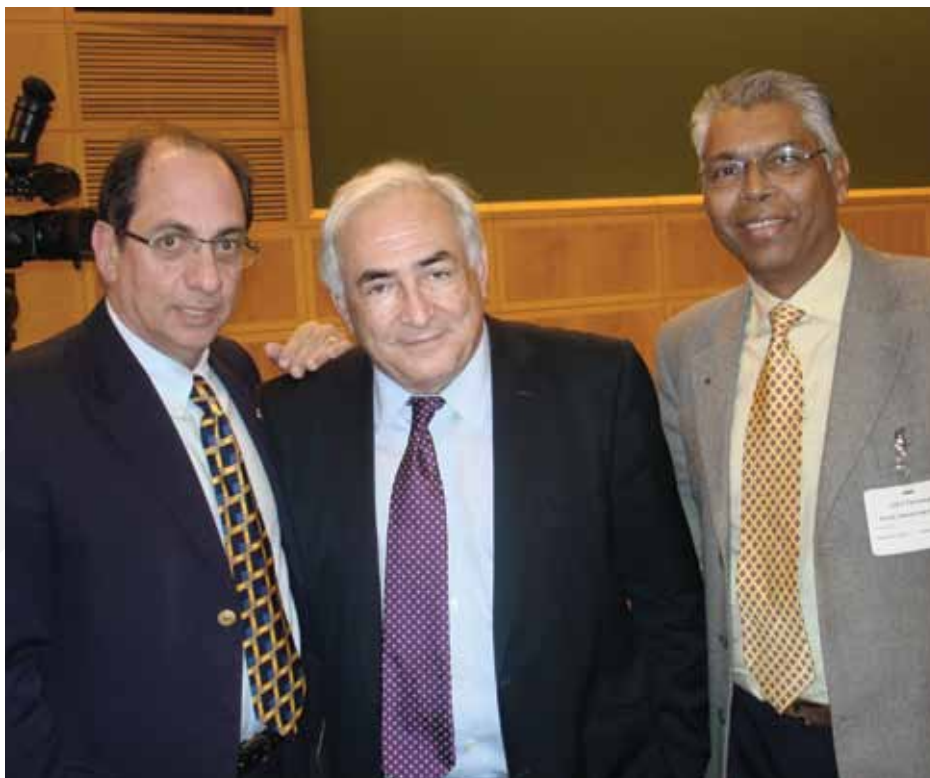
Crise financeira esteve no centro dos debates em Washington

Na reunião anual do Banco Mundial e do FMI (Fundo Monetário Internacional) com as principais centrais sindicais do mundo, em janeiro em Washington D.C., nos Estados Unidos, a crise financeira que se alastrou a partir dos Estados Unidos, em agosto de 2008, ainda foi um dos temas que dominaram as discussões. A ponto de a adoção de uma regulamentação mais rígida do sistema bancário ter sido um consenso, com o apoio dos cerca de 90 lideranças sindicais participantes. A UGT, representada pelo presidente nacional Ricardo Patah, apresentou o documento denominado “A grande recessão: quem deve pagar pelos danos?”.

Embora no Brasil os reflexos da crise mundial tenham sido mais amenos e de curta duração, o assunto ainda assombra principalmente os países desenvolvidos. Basta citar uma avaliação de Dominique Strauss-Kahn, diretor geral do FMI: “Só os ingênuos acreditam que não haverá uma nova crise.” Para Ricardo Patah, essa declaração foi impactante, pois a economia mundial mal está se recuperando da crise desencadeada em 2008 e já se fala na próxima.

Diante de uma conjuntura mundial ainda nebulosa, o crescimento da economia e o desemprego foram motivos de acalorados debates. O informe do Banco Mundial sobre “Perspectivas para a economia mundial” recebeu críticas do movimento sindical no ponto que defende que os governos adotem a austeridade fiscal, enquanto a economia precisa se expandir e gerar empregos.

Para Sharan Burrow, secretária ge-



Ricardo Patah; Dominique Strauss-Kahn, diretor geral do FMI, e John Fernandes

ral da CSI, o aperto defendido pelo Banco Mundial contrairá ainda mais a economia: “Deveria defender uma recuperação econômica inclusiva baseada em salários mais altos e uma proteção social mais forte.” Segundo Ricardo Patah, outro ponto discutido, de especial interesse para o Brasil, é o financiamento do Banco Mundial para os projetos sociais, inclusive para a prevenção de catástrofes naturais como a que ocorreu na região da serra no Rio de Janeiro no mês passado, provocando a morte de mais de 800 pessoas e um estrago de alguns milhões na economia local.

Contribuição da UGT

Elaborado por John Fernandes, secretário do departamento de Políticas Econômicas da UGT e que

também participou das reuniões em Washington, o documento “A grande recessão: quem deve pagar pelos danos?” serviu de embasamento para a participação da UGT. “A proposta do documento é destacar alguns dos principais aspectos da recente turbulência financeira, a batalha perdida para tomar as medidas urgentemente necessárias para reduzir o impacto da próxima crise na economia real e sugerir um jeito mais efetivo de como assegurar que bancos e instituições financeiras entendam que eles vão ter de pagar por qualquer efeito colateral para a economia real que resulta de atividades de negócios não voltados para sociedade”, diz a abertura do documento. O estudo completo está disponível para consulta no site www.ugt.org.br.

Obama recebe documento das centrais sindicais e elogia ações da UGT

O presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, participou no dia 19 de março de um almoço no Itamaraty oferecido pela presidente da República, Dilma Rousseff, ao presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. Na ocasião, Patah e os presidentes das demais centrais sindicais (Força Sindical, CUT, CTB, CGTB e Nova Central) entregaram ao líder norte-americano uma carta aberta que, entre outros assuntos, aborda o desequilíbrio na relação comercial entre Brasil e Estados Unidos.

Acompanhado da mulher Michelle e das filhas Malia e Sasha, o presidente norte-americano passou dois dias no Brasil e visitou uma unidade da Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro, e discursou em um fórum de empresários.

De acordo com o documento entregue pelas centrais, o Brasil acumula um crescente déficit comercial com os EUA, que passou de US\$ 4,4 bilhões em 2009 para US\$ 7,7 bilhões em 2010, resultando em um aumento de 75%. A carta aponta que tal situação é resultado, dentre outros motivos, da depreciação forçada do valor do dólar norte-americano e da imposição de injustas barreiras à entrada de produtos brasileiros nos EUA, especialmente de etanol, produtos siderúrgicos, tabaco e suco de laranja.

Para os dirigentes das centrais, a saída para esse problema seria a eliminação de todas as barreiras comerciais contra os produtos citados acima. O documento afirma ainda que, em curto prazo, essa medida recolocaria o comércio em níveis mais justos, equilibrando a balança comercial entre os dois países.

A carta, direta e objetiva, mostrou



Barack Obama recebe os cumprimentos de Ricardo Patah: elogio a ações na área ambiental

um pouco da insatisfação dos brasileiros com os norte-americanos, mas nem por isso deixou o presidente Obama consternado. Pelo contrário, ele chegou, inclusive, a fazer elogios a Ricardo Patah pelas ações que a UGT vem desenvolvendo em defesa do meio ambiente e dos trabalhadores.

Os sindicalistas também expressaram solidariedade aos servidores de Wisconsin e de outras regiões dos Estados Unidos, além de sindicatos, na luta contra medidas restritivas das atividades sindicais e das negociações coletivas aprovadas por parlamentares do país. O documento menciona a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata dos direitos dos funcionários públicos. “O respeito aos ditames da Convenção 151 da OIT que, embora não

ratificada nos EUA, é uma referência mundial e uma garantia importante aos direitos dos servidores públicos à plena liberdade de organização, à negociação coletiva e à expressão e manifestação”, diz a carta.

Por fim, a carta faz um apelo à paz e reivindica o fim do bloqueio econômico a Cuba, afirmando que a medida “impõe enormes sofrimentos e privações ao povo da ilha caribenha”.

Os dirigentes sindicais apontaram o caminho da união como melhor solução aos problemas globais. “Somamo-nos a todas as mulheres e homens que, em todo o mundo, preconizam uma política internacional de paz, de direitos humanos, de desarmamento, de não intervenção, de autodeterminação e de soberania dos países e dos povos”, finaliza o documento.

EDITORIAL

Rumo ao 2º Congresso

UGT NACIONAL

“Congresso mostrará a que veio a UGT”

NACIONAL

Subprocurador relata trabalho escravo

NACIONAL

Comissão tripartite fiscalizará obras do PAC

CONFISCO

FGTS: mudança de indexador é urgente

MULHER

UGT celebra Mulher ComVida

ORGANIZAÇÃO

2011 é o ano da sindicalização

ENTREVISTA

Mais inflação, mais desemprego, menos crédito”, alerta Carlos Lessa

CRESCIMENTO

UGT inaugura sua nova sede

PROFISSÃO

Comerciários pedem urgência na regulamentação

JUVENTUDE

UGT-Jovem amplia horizontes

ETNIAS

Atuação indígena marca a diversidade

RELAÇÃO DE TRABALHO

Trabalhadores ganham diálogo direto com Davi Zaia na Secretaria

MEMÓRIA

Laerte Teixeira da Costa, vice-presidente da UGT, lança livro de memória

INTEGRAÇÃO

Mercosul 20 anos: seminário realizado pela UGT faz um balanço histórico

INTERNACIONAL

Em reunião do Banco Mundial e FMI, a UGT apresentou um documento

DIPLOMACIA

Barack Obama recebe um documento das centrais e elogia ações da UGT

- 03
- 04
- 05
- 06
- 07
- 08
- 10
- 11
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 20
- 21
- 24
- 25



Vida nova

Às vésperas de completar quatro anos e rumo ao 2º Congresso Nacional, a UGT está de sede nova em São Paulo, uma medida que se tornou necessária diante do crescimento

exponencial desde sua fundação em 2007. Trata-se de um prédio de sete andares, que foi totalmente reformado para abrigar todas as secretarias num só lugar.

Outra novidade é a própria revista. A partir desta edição, a Revista da UGT chega aos leitores com uma nova programação visual. O projeto tem o objetivo de oferecer um volume maior de informações, aliado a um design gráfico mais moderno, tornando a leitura agradável.

Dentro desse conceito de oferecer não só maior volume de informações, mas de qualidade, a Revista da UGT traz uma entrevista exclusiva com o professor Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES, que faz uma análise da conjuntura econômica na contramão da grande maioria dos analistas.

Ao longo do mês de março, a UGT homenageou as mulheres com eventos na Praia Grande, litoral paulista, em Goiás e no Rio de Janeiro. Os 20 anos do Mercosul também mereceram destaque. Estes são alguns dos temas abordados nesta edição. Uma boa leitura!

Marcos Afonso de Oliveira
Secretário de Divulgação e Comunicação da UGT

Expediente

Presidente
Ricardo Patah

Conselho Editorial
Antonio Carlos dos Reis
Enilson Simões de Moura
Laerte Teixeira da Costa
Antônio M. Thaumaturgo Cortizo
Lourenço Ferreira do Prado
José Roberto Santiago
Davi Zaia
Canindé Pegado do Nascimento
José Moacyr Pereira
Francisco Pereira de Souza Filho
Arnaldo de Souza Benedetti
Otton da Costa Mata Roma
Marcos Afonso de Oliveira
Valdir Vicente de Barros
Mônica da C. Mata Roma
Eleuza de Cássia Buffeli
Macari
Josineide de Camargo Souza

Diretor Responsável
Marcos Afonso de Oliveira

Jornalista responsável
Mauro Ramos - MTb 11.875

Redação
Arlindo Ribeiro, Joacir Gonçalves, Marco Roza, Mariana Veltri, Marina Takiishi, Maurício Gomide, Paulo Pirassol e Wagner Ortega (programação visual)

Fotos
Fabio Mendes e arquivo da UGT

Edição
Marco Roza e Marina Takiishi

Editoração eletrônica
Luiz Moreira

Impressão
Gráfica Bangraf



14, 15 e 16 de Julho no Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo

Vem aí o II Congresso Nacional da UGT.



UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES

www.ugt.org.br

Ricardo Patah, presidente

1º de Maio para avançar e consolidar a unidade sindical

A União Geral dos Trabalhadores – UGT carrega a unidade no nome e nas ações a favor da classe trabalhadora brasileira, praticando um sindicalismo ético, cidadão e inovador. Nossas ações têm foco voltado para a modernidade, através da organização dos trabalhadores e da sociedade. Disso os sindicatos e associações que integram a UGT não abrem mão. Com o Primeiro de Maio de 2011, avançamos para consolidar a unidade sindical na prática, em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Por isso, esta é uma data importante para avançarmos na luta por mais direitos.

Ricardo Patah, presidente da UGT

DIA DO TRABALHADOR

1º MAIO

UNIFICADO

2011



Desenvolvimento com Justiça Social

Redução da jornada sem redução de salários

Fim do fator previdenciário e valorização das aposentadorias

Valorização do salário mínimo

Trabalho Decente

Igualdade entre homens e mulheres

Valorização do serviço público e do servidor público

Reforma agrária

Educação e qualificação profissional

Redução da taxa de juros

**Avenida Marquês
de São Vicente**

(próximo ao Metrô Barra Funda,
entre os viadutos Pompéia e Antártica)



UGT - União Geral dos Trabalhadores - Rua Aguiar de Barros, 144 - Bela Vista - SP - Cep: 01316-020

Fone: 11 2111-7300 - Fax: 2111-7301